

A CRISE DA DEMOCRACIA ANUNCIADA: BRASIL ENTRE O DÉFICIT DEMOCRÁTICO, A DEMOCRACIA DO PÚBLICO E A CRISE DEMOCRÁTICA

Leonardo Aires de Castro¹

Resumo: O objetivo do artigo é promover um debate teórico sobre a crise da representação política no Brasil, utilizando-se dos conceitos “déficit democrático” de Pippa Norris, “democracia do público” de Bernard Manin e “crise da democracia liberal” de Yascha Mounk, pautando seus indicadores no contexto político brasileiro. Discutimos se é possível transpor a análise desses autores a realidade nacional, visto as diferenças institucionais e culturais entre Europa, Estados Unidos e Brasil. Também, analisamos os dados da World Values Survey sobre o Brasil, articulando os debates anteriores para construir um estudo sobre a suposta crise democrática brasileira. Compreendemos a partir desse estudo que o Brasil se aproxima do contexto internacional, no que tange as teorias correntes discutidas, de crise da democracia liberal e fortalecimento de alternativas populistas, ligados aumento de cidadãos críticos e o distanciamento desses dos partidos políticos tradicionais.

Palavras chave: Representação Política; Déficit Democrático; Democracia do Público.

Recebido em: 02/07/2018

Aceito em: 29/08/2018

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Contato: leoairescastro@gmail.com.

The crisis of democracy announced: Brazil between the Democratic deficit, the democracy of the public and the Democratic crisis.

Abstract: The purpose of this article is to promote a theoretical debate about the crisis of political representation in Brazil, using the concepts of “democratic deficit”; by Pippa Norris, “democracy of the public”, by Bernard Manin and “crisis of liberal democracy” by Yascha Mounk, using their indicators in the Brazilian political context. We discuss whether it is possible to transpose the analysis of these authors to the national reality, given the institutional and cultural differences between Europe, the United States and Brazil. Also, we analyzed data from the World Values Survey on Brazil, articulating previous debates to build a study on the supposed Brazilian democratic crisis. Then, we understand from this study that Brazil approaches the international context, in relation to the current theories discussed, the crisis of liberal democracy and the strengthening of populist alternatives, linked to the increase of critical citizens and the distancing of the traditional political parties.

Key words: Political Representation; Democratic deficit; Democracy of the Public.

1. Introdução

O século XXI consolidou o movimento progressivo da globalização que dinamizou a lógica do trabalho, da cultura e da própria política. Contudo, problemas mais complexos foram postos na lógica dos governantes e a responsividade desses com seus eleitores decaiu a níveis preocupantes. Muito vem sendo dito sobre crise da democracia brasileira e como nós, brasileiros, escolhemos mal nossos representantes. Em certa medida, tais pontuações são “comprovadas” ao diagnosticarmos um crescimento de grupos oligárquicos e pertencentes às elites sociais, com o fortalecimento de homens brancos de classe alta/milionários no congresso nacional e nas assembleias legislativas em todo Brasil que acessam essas instancias devido a graves obstáculos institucionais às minorias sociais, tais como o sistema de financiamento de campanha e organizações partidárias ineptas (DE CASTRO, 2018).

Aliado a essa realidade marcante, percorremos um período profundamente conturbado das instituições brasileiras com o golpe proferido contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, em que direitos sociais e políticos foram sistematicamente retirados, sejam individualmente ou coletivamente, como o advento de reformas setoriais e legais que reverberaram na economia do país. A arquitetura política conformada para efetivar esses interesses causaram uma situação alternativa e não controlada pelos setores tradicionais, indicada no fortalecimento de uma nova direita pautada em bases conservadoras no que tange os costumes e economicamente ultraliberais, avesso ao Estado.

Os aportes teóricos que consubstanciaram o a lógica política nacional, indicado na máxima do Brasil ultrapassado, patrimonialista e clientelista, tem como pressuposto que o voto econômico, no caso brasileiro, não passaria de uma troca pessoal, personalíssima, pautada em considerações subservientes de um ator passivo, empobrecido e desfavorecido intelectualmente em favor de outro ator, esse ativo, esclarecido e todo-poderoso. A narrativa que percorreu a formação do Estado Brasileiro, a partir da década de 30 e que se tornou história oficial do país, cumpriu seu dever psicológico e organizacional ao comprometer toda uma nação ao ideal de servidão dos mais pobres para os mais ricos (SOUZA, 2017).

Dessa forma, os 13 anos de um governo pautando compromissos à esquerda não conseguiu reverter a estrutura institucional que esse discurso promoveu e de certo modo, atrelou uma parcela de seus alicerces aos esquemas próprios da elite política nacional. Em todas as eleições após a redemocratização tivemos as mesmas premissas: combate a corrupção; saúde; educação; segurança, e; *representação*. Ao fim dessas competições podíamos indicar apenas um horizonte, qual seja, a agravamento da crise representativa. Nas últimas décadas a Ciência Política europeia e norte americana atribuiu como agenda de pesquisa os estudos sobre o que alardeavam ser a crise da democracia representativa. As décadas de 80 e 90 do século passado foram efervescentes para a democracia ocidental, ou mais especificamente as democracias do

norte liberal (BALL, 1987; KYMLICKA, 2002; FRASER, 2006; MANIN, 1997 e 2013; PHILLIPS, 1995 e 2001; YOUNG, 2006; RANCIÈRE, 2014).

Representação política como indicativo de estabilidade democrática é auferido por diversos autores da Ciência Política. Um dos indicadores mais utilizados é o de satisfação do público para com seus governantes, em que um corpo parlamentar representativo espelha uma sociedade que tem suas premissas atendidas pelos canais institucionais, assegurando a efetividade dos princípios do governo representativo. Dessa forma um ciclo se permuta no bom governo e alta taxa de aceitação democrática, da mesma forma que se o governo é ineficaz, esse ciclo gera um retorno negativo aos representantes, removendo-os de suas atribuições e postulando novos responsáveis públicos, eleitos para satisfazer a vontade popular (NORRIS, 1999 e 2002).

Nesse artigo temos como objetivo por em perspectiva os debates acadêmicos sobre a crise de representatividade, buscando transpor para o Brasil os conceitos de “*Déficit Democrático*” de Pippa Norris, “*Democracia do Público*” de Bernard Manin e “*Crise da Democracia Liberal*” de Yascha Mounk. Os primeiros dois autores defendem não existir uma crise propriamente dita, mas sim uma mudança na estrutura democrática representativa que amplia os espectros de coexistência entre fatores de tensão e ruptura do sistema. Entretanto, o último afirma a crise democrática liberal e pontua suas origens, consequências e como evitar que ela se torne irreversível, tendo como base uma discussão similar a Pippa Norris. Tanto a obra de Bernard Manin, quanto a de Yascha Mounk possuem um valor teórico de postulação de hipóteses, enquanto Norris assenta sua obra em pesquisas empíricas, comparativas, com um número de casos satisfatórios. Torna-se importante ressaltar a natureza contextual das obras, uma vez que buscam explicar fenômenos políticos da Europa e Estados Unidos, limitando-se a eles.

Esse artigo se estrutura em três partes: na primeira, buscamos expor e pontuar a teoria e conceitos dos autores aqui indicados; na segunda, articulamos essas teorias com os dados do *World Values Survey*, além de pesquisas nacionais que mostram o aprofundamento da crise em solo brasileiro; por fim, concluímos o trabalho pontuando limitações teóricas nacionais e desafios de pesquisa para futuros trabalhos. Compreendemos que o Brasil passa por problemas políticos similares com a democracia liberal e a representatividade política, causando um aumento de cidadãos que se afastam da política. Esse afastamento é devido fatores como estagnação econômica, crescimento das mídias digitais e uma estrutura política que não acompanha as mudanças e a dinâmica das sociedades industrializadas e globalizadas, criando uma alternativa não controlada pelos setores tradicionais da política, personificando atrasos civilizatórios indiscutíveis.

2. A democracia do público

O livro *“Os princípios do governo representativo”* foi publicado primeiramente em 1995, sendo aclamado pela crítica especializada como sucessor dos estudos de representatividade reverberados por Hannah Pitkin. Nessa obra, Bernard Manin faz um compêndio histórico de governos representativos buscando pontuar indicadores presentes em todos os momentos que esses existiram. Formulando uma tipologia ideal, visto que em determinados momentos esses aspectos seriam mais ou menos presentes na realidade analisada, chega-se a quatro princípios indispensáveis para a identificação de um governo representativo, quais sejam: os representantes são eleitos pelos governados; os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo, e; as decisões políticas são tomadas após debate (MANIN, 1995).

Tendo como pressuposto os governos representativos europeus e estadunidense, Manin tece uma organizada pontuação conceitual apontando como esses princípios são indispensáveis para existência da representação em si. Começando com a eleição dos representantes pelos governados, esse alicerce gera um número consubstanciado de questões sobre a lógica da representação. Em termos gerais, para haver governo representativo os representantes devem ser eleitos pelos governados, sob eleições periódicas. Temos aqui, a discussão quanto a qualidade da representação, a formação de elites e a própria eficácia da eleição quanto propulsora de agentes legítimos de vocalização das vontades. Buscando nos primórdios da democracia grega, o autor inicia sua obra apontando ser o sorteio a forma mais pura e justa de representação e a partir disso narra a trajetória dos processos representativos até a contemporaneidade, pautando assim seu arcabouço histórico (MANIN, 1995).

O segundo princípio diz respeito a independência parcial dos representantes para com seus representados. Tal consideração é bastante disputada na ciência política e tem precedentes seminais no que tange a sua elaboração teórica. É o caso de Hanna Fenichel Pitkin, autora que compreende quatro formas (dimensões) da representação, quais sejam: representação formalista, representação descritiva, representação substantiva e representação simbólica. A primeira dimensão discute as regras formais do processo de representação política, pautando tanto a autorização, quanto a accountability do processo. Já a representação simbólica e a descritiva buscam fomentar o agente da representação, ou seja, “quem” e “como” é representado, seja esses por meio de símbolos, bandeiras a serem defendidas ou pela literalidade da presença do indivíduo. Por fim, a representação substantiva é aquela em que a atividade de representar por si só representa o interessado, o eleitor. A autora defende essa última, visto que a representação se concentra no ato da própria representação em si, naquilo que o agente faz para representar (PITKIN, 1968).

O terceiro princípio discutido por Manin diz respeito ao grau de liberdade da mídia frente as críticas ao governo, sem que esse tenha poder de censura fora do limite legal e parcimonioso. Essa liberdade de expressão política nasce e se fortalece com os valores iluministas e liberais

invocados na constituição estadunidense. Com cerne central na religião, visto que essa liberdade tem como princípio a preservação de todos os credos frente ao Estado Nação, impedindo o favorecimento e garantindo o laicismo estatal. O autor também indica, tendo como óbice de análise os federalistas estadunidenses e seus debates frente a criação da constituição, que a liberdade de expressão é resultado da negação do poder de instrução, que agiria diretamente contra ao segundo princípio (MANIN, 1995).

Por fim, o quarto princípio trata da deliberação como resultado da discussão de ideias nas assembleias dos representantes. Ou seja, as políticas devem ser instruídas e decididas a partir do debate entre os diferentes. Esse princípio se traduz na necessidade da transparência dos atos públicos a fim de instruir a população em relação a atuação do seu representante. O respectivo princípio é indiscutivelmente importante para a própria manutenção das mobilizações sociais (MANIN, 1995).

A partir desses quatro princípios, Manin passa a analisar diversas fases dos governos representativos, pontuando suas características singulares e seus momentos de transição. Os tipos são: governo representativo do tipo parlamentar, do tipo de partidos políticos e a democracia do público. O primeiro tinha como características o fato de apenas serem eleitos um grupo de homens específicos, com atributos pessoais ressaltados para a disputa eleitoral, visto que o voto era censitário e a candidatura era vinculada a questões econômicas. Os representantes tomavam suas decisões pautadas em seus interesses, sem qualquer conexão além das eleições com os governados, sendo o mandato completamente independente dos seus eleitores. A liberdade de expressão era delicada, visto que havia uma desconexão entre a opinião pública e as preferências políticas manifestas nas eleições. Por fim, as deliberações eram tomadas com portas fechadas, pois o parlamento não expressava suas discussões ao povo, impossibilitando a transparência dos votantes nas matérias e a opinião do candidato. Em suma, no tipo parlamentar, o centro da representação está no representante, que consolida em si todo o poder e estrutura eleitoral (MANIN, 1995).

Com a ascensão da revolução industrial e o êxodo para cidade, as fábricas proliferaram e uma nova espécie de organização política nasce. Com os sindicatos e grupos políticos mais lineares, nascem os partidos políticos como centro da esfera representativa. Essa situação redesenhou as condições dentro de cada um dos princípios. Os representantes já não eram mais eleitos pautados em seus atributos pessoais, tendo os partidos ocupado essas posições. Isso devido a concentração da organização eleitoral nas agremiações. Uma vez eleitos, os representantes não agiam por interesse próprio, mas sim submetendo suas apreciações as lideranças e interesses partidários. A mídia se tornava consonante com os interesses dos partidos políticos e dirigiam suas notícias aos partidários e representados. Ainda, as deliberações passavam a transmitir os interesses dos partidos políticos e suas negociações, não mais confidenciando ao representado o poder de decidir e instruir voto (MANIN, 1995).

Com o desenvolvimento da tecnologia, o crescimento populacional, as sucessivas revoluções industriais e tecnológicas, as grandes guerras e outros momentos fundamentais, chegamos ao que Manin chama de democracia do público. Nessa, há uma volta em determinados aspectos ao primeiro tipo no que tange a centralidade da personalidade do indivíduo na disputa eleitoral. Novamente, é a pessoa e não o partido o principal veículo eleitoral. Entretanto, anos após escrever sua obra seminal, o autor reconsidera e justifica alguns de seus apontamentos, instruindo que a passagem do tipo dois para o tipo três não significa um enfraquecimento total e debilitante dos partidos políticos, mas sim uma mudança de paradigma da lógica política (MANIN, 2013).

Essa mudança ocorre nos quadros de recrutamento e nas bases dos partidos políticos que outrora, conforme discutido, serviam para organizar e vocalizar os interesses desses grupos sociais representados. As transformações ocorridas na própria estrutura política afastaram a população dos partidos políticos, contudo, não os enfraqueceram. Ocorre que em determinadas áreas esses ainda possuem poder relevante, tais como no legislativo (organização interna, liderança, votações) e na competição eleitoral no que tange as campanhas eleitorais. É incontestável a erosão da fidelidade partidária em todo o mundo, mas isso não enfraqueceria os partidos políticos e muito menos os desafiam a extinção. Conforme Manin indica:

Em termos gerais, os partidos têm de mobilizar cidadãos em cada ocasião de voto, tanto os levando — as vezes literalmente — aos locais de votação, quanto atraindo a atenção e o interesse deles a cada vez. Ao passo que os fiéis tradicionais a partidos votariam em “seu” partido a menos que tivessem um motivo para não fazê-lo, o encargo da motivação mudou para eleitores desvinculados: eles não votariam no mesmo partido em eleições sucessivas, ou se absteriam de votar, a menos que fossem motivados a agir de outra forma. (MANIN, 2011, p. 121).

Ou seja, mesmo com o declínio do apoio partidário, ainda que se mantenha alguns dos eleitores fiéis, aqueles que se afastaram da órbita das agremiações se tornam eleitores flutuantes, passíveis da disputa de diversos grupos políticos interessados em representa-los. Logo, o nome “democracia do público” diz respeito a essa disputa de eleitores entre os candidatos, que passam a ser individualizados e julgados pelo seu desempenho pessoal na competição eleitoral, postulando um palco no qual o objetivo principal é cativar o “público”. Contudo, isso não quer dizer que mesmo na construção da imagem e na formação dos “palcos” os partidos políticos não sejam relevantes, uma vez que até mesmo as referências pessoais são construídas pelas agremiações ou aproximadas pelos interesses expostos por essas. Por fim, a questão da própria representatividade ainda seria uma variável relevante no espectro de escolha pelo candidato, sendo essa variável algo instruída pelo partido (CARAMANI, 2008)

Portanto, a importância da análise seminal de Bernard Manin é conceber uma transição dos modelos de democracia representativa sem, contudo, apoiar-se em uma ideia de crise da representatividade. Conforme o autor demonstra em suas obras, essa mudança diz respeito aos fluxos e influxos da política e do próprio desenvolvimento institucional dos países. Acredita-se, ainda, que a participação popular por meio de manifestações, petições e outros meios de articulação seja perfeitamente compatível com a democracia representativa e um sinal de aprofundamento das relações entre população civil e representantes políticos (MANIN, 2013).

Conquanto, os limites dessa participação política paralela e a própria espetacularização do debate público em torno de um palco, em que a personalidade se fomenta com mais profusão que as ideias não foi objeto de debate do referido autor. Mesmo que em seu segundo texto o mesmo tenha buscado resolver alguns impasses teóricos remanescentes de sua obra anterior, publicado em 2011, não conseguiu alcançar (não acreditamos que fosse a intenção de fazê-lo) as sucessivas ondas de manifestações populares de massas ocorridas no mundo e muito menos estruturar uma análise que corresponderia essas movimentações com a estabilidade do sistema democrático representativo.

3. Do cidadão crítico ao déficit democrático

Se Bernard Manin não conseguiu tanger as relações entre manifestação individual e estabilidade democrática, a escritora seguinte tem como escopo de estudo justamente essa análise. *Critical Citizens* e sua revisão *Democratic Deficit* são ambos livros da autora inglesa Pipa Norris que vem contribuindo profundamente com os estudos sobre representatividade e sua crise. O primeiro livro busca discutir a questão da crise da representatividade sob os preceitos de claro decréscimo da confiança a nível individual pelas instituições políticas representativas. Tendo em vista essa questão, a autora e seus colaboradores formulam apontamentos que invalidam a tese de que exista um movimento global de desapareço pela democracia.

O que evidencia esse argumento é a consolidação de uma espécie de cidadão que se tornou mais crítico aos rumos que a democracia se orienta e acreditam ser insuficientes as conquistas, sem, contudo, deixar de ter apreço pelo regime representativo. A tese, portanto, busca pontuar esses cidadãos críticos e discutir problemáticas acadêmicas no que tange as pesquisas sobre o tema. Assim, cada capítulo da primeira obra traz uma contribuição para compreendermos o quadro conceitual desse novo tipo de indivíduo político mundial (NORRIS, 1999).

Nessa obra, a autora finaliza discutindo duas conclusões sobre os resultados das pesquisas colaborativas. Primeiro, de cunho metodológico, compreende que o apoio as instituições representativas (*political support*) não é algo indivisível, mas sim uma variedade de componentes que se integram para formar a própria instituição democrática. Dessa forma, para melhor avaliar o problema posto, Norris e os demais autores subdividiram o objeto entre apoio à comunidade,

princípios de regime, desempenho de regime, instituições de regime e atores políticos. Já a segunda, de caráter teórico, afirma que o apoio aos valores democráticos permanece e é em muitos países, esmagadores. Todavia, o crescimento do número de cidadãos críticos pode gerar dois possíveis resultados: uma corrosão do apoio institucional a longo prazo e o fomento de uma situação em que o ideal democrático deixaria de ser considerado viável pelos “democratas desencantados”, criando instabilidade nos regimes, ou; um fortalecimento das instituições representativas, uma vez que com a accountability e a consolidação da participação política incrementaria os sistemas políticos de acordo com o desejo popular. (NORRIS, 1999).

Em *Critical Citizens*, Norris e seus colaboradores não abordaram a América Latina e muito menos outros países da África, Ásia e Oceania. As conclusões do livro e os reflexos de suas observações são propriamente vinculadas a realidade europeia e norte-americana, visto que segundo a autora são apenas essas localidades que possuem surveys históricos consubstanciados. Compreendendo os limites da pesquisa, torna-se relevante pontuar os principais argumentos de sua versão revisitada para discorrer sobre a realidade brasileira. Tal versão foi publicada em 2011, intitulada *Democratic Deficit*, tendo como pressuposto revisar algumas diretrizes do primeiro livro, ampliando seu escopo de análise e mudando as variáveis observadas, estruturando as seguintes dimensões para compreender o apoio a democracia: fatores socioeconômicos, desempenho econômico, avaliações de políticas públicas, configurações institucionais, valores, conhecimento sobre democracia e acesso a conteúdo midiático (NORRIS, 2011).

A partir dessas novas formas de avaliar a problemática, Norris inicia suas considerações apontando que diversos autores indicam sinais de risco à democracia medidos pelo descontentamento com o desempenho das instituições e representantes, dificuldades em alocar o voto em indivíduos representativos, a falta de confiança nas instituições, a queda do engajamento político, participação baixa nas votações, capital social decadente e lealdade aos partidos em declínio. A autora ainda traz consigo a problemática metodológica do primeiro livro, expondo a multidimensionalidade do apoio político e indicando os cinco elementos que o compõe: confiança nas instituições, avaliações do desempenho democrático, endosso aos princípios desse regime, apoio aos valores democráticos e orgulho da nacionalidade (NORRIS, 2011).

Sua obra circunda os quatro seguintes argumentos que são testados e interpretados ao longo do livro. Em primeiro lugar, não houve um decréscimo homogêneo do apoio público ao sistema político no mundo (norte ocidental), ou seja, existem flutuações e diferenças substanciais entre os países analisados ao longo dos anos. Contudo, em segundo lugar, em muitos países, a satisfação com o desempenho da democracia diverge das aspirações do público, gerando assim o déficit democrático, essa diferença entre a expectativa produzida pelos cidadãos e a realidade entregue pelos representantes. Sendo assim, o terceiro argumento consiste justamente em explicar o déficit democrático pelo crescimento das expectativas, a consubstanciação de notícias negativas que afetam a imagem das instituições e a própria falha na entrega de um sistema

político inconsistente. Por fim, o último argumento reside, nas consequências do déficit democrático para as estruturas do governo representativo e da democracia como sistema (NORRIS, 2011).

No decorrer da obra, Norris inicia uma série de testes empíricos e discussões teóricas para debater as variáveis anteriormente citadas. Quando a autora trata dos fatores socioeconômicos e do desempenho econômico, discute as teorias sobre modernização política e refuta sua supremacia na explicação do desenvolvimento e manutenção da democracia em países economicamente favorecidos, tendo em vista as baixíssimas associações estatísticas alcançadas nos testes, permitindo a compreensão que fatores de ordem econômica não determinam democracias consolidadas (NORRIS, 2011).

A questão do acesso a conteúdo midiático também é profundamente relevante na avaliação do déficit democrático, isso porque existem, na concepção de Norris, dois grupos distintos de teóricos que afirmam: 1) o maior acesso aos meios de comunicação transformam o cidadão em um indivíduo politicamente cínico, ou seja, insatisfeito e avesso a questões política, e; 2) o maior acesso a conteúdo midiático é proporcional ao crescimento da participação política. O resultado da pesquisa comprova a segunda orientação e refutar a primeira, visto que na análise transnacional dos dados foi possível visualizar o crescimento do engajamento político e da participação e conseqüentemente a queda do déficit democrático em países que possuem amplo acesso dos cidadãos a todos os meios de comunicação. Outros aspectos da análise como conhecimento da democracia, atitudes cívicas e desempenho do governo também são analisados pela autora que compreende serem relevantes para atribuir a medida do déficit democrático devido o caráter incremental que cada uma das variáveis adiciona no entendimento individual. Ou seja, quanto mais conhecimento sobre a democracia, quanto maior a obediência as regras institucionais e quanto maior a responsividade entre desempenho e aspiração, menores são os grupos insatisfeitos e o próprio déficit (NORRIS, 2011).

Em suas considerações finais, a autora debate a importância de cidadãos críticos e do próprio déficit democrático em níveis moderados para auxiliar o fomento e desenvolvimento da democracia. A discussão, a desconfiança e o ceticismo proveria ferramentas narrativas e participativas para a população consolidar suas preferências, tendo em vista a nova ordem política dinâmica que sucede a velha política. Nessa direção, Norris complementa:

Scholars continue to debate the potential consequences of any democratic deficits both for political behavior at individual-level and also for democratic governance in the nation-state. Critical Citizens concluded, somewhat cautiously and ambivalently, that the tensions between ideals and practices could be regarded in a positive light, if the diffusion of democratic aspirations around the world will eventually spread downwards to strengthen public confidence and generalized trust in the workings of representative institutions essential for

democratic governance. Critical citizens may thereby be a positive force for reform in the world, fuelling popular demands that states with poor human rights records come to resemble democratic principles more fully. A degree of skepticism about the trustworthiness of government authorities is healthy for democracy; after all, classical liberal political theory was founded on the need for citizen vigilance about the potential abuse of power by the state. These ideas led the framers of the U.S. constitution to establish a set of institutions explicitly designed to limit government power. As Hardin emphasizes, trust should be reserved for trustworthy actors. Yet substantial and enduring democratic deficits are more commonly regarded with concern, however, triggering alarm that prolonged and deep disenchantment with the performance of particular political leaders, lack of confidence with governing parties, and disillusionment with core representative institutions will eventually spread upwards to corrode faith in democracy itself, like dry rot weakening the foundations from below, with the capacity to undermine popular support for fragile democratic regimes. (NORRIS, 2011, p. 10, cap. 12)².

Seus textos são relevantes ao considerarem essa nova modalidade de cidadão político que, munido de informação e descontente dos rumos políticos tomados pelos seus representantes, torna-se crítico ao sistema, mas não ao regime democrático propriamente dito. Além disso, o conceito de Déficit Democrático consolida uma dimensão de análise importante para medir essa expansão de cidadãos críticos e da própria representatividade nacional. No entanto, os alertas finais da autora sobre os perigos dessa expansão devem ser apropriadamente avaliados, principalmente no que tange a ruptura de valores democráticos. A sucessiva onda de agentes populistas, nascidos nos pressupostos da crítica ao sistema e da desconfiança política são importantes fatores para a análise da crise democrática.

4. O povo vs. A democracia

² Tradução do autor: Os estudiosos continuam a debater as possíveis consequências de qualquer déficit democrático, tanto para o comportamento político no nível individual quanto para a governança democrática no estado-nação. Os Cidadãos Críticos, concluíram, de forma um tanto cautelosa e ambivalente, que as tensões entre ideais e práticas poderiam ser consideradas de forma positiva, se a difusão das aspirações democráticas pelo mundo acabasse por se espalhar para fortalecer a confiança pública e a confiança generalizada no funcionamento das instituições representativas. Essencial para a governança democrática. Cidadãos críticos podem, assim, ser uma força positiva para a reforma no mundo, alimentando as demandas populares de que os estados com registros de direitos humanos pobres se assemelhem mais aos princípios democráticos. Um certo ceticismo quanto à confiabilidade das autoridades governamentais é saudável para a democracia; afinal, a teoria política liberal clássica foi fundada sobre a necessidade de vigilância cidadã sobre o potencial abuso de poder pelo estado. Essas ideias levaram os autores da constituição dos EUA a estabelecer um conjunto de instituições explicitamente projetadas para limitar o poder do governo. Como Hardin enfatiza, a confiança deve ser reservada para atores confiáveis. No entanto, déficits democráticos substanciais e duradouros são mais comumente vistos com preocupação, mas despertam o desencanto prolongado e profundo com o desempenho de determinados líderes políticos, a falta de confiança dos governantes e a desilusão com as principais instituições representativas. Na própria democracia, como a podridão seca, enfraquecendo as fundações a partir de baixo, com a capacidade de minar o apoio popular aos frágeis regimes democráticos.

A obra *"People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It"* foi escrita pelo professor Yascha Mounk, da Universidade de Harvard, um importante teórico e analista da crise da democracia liberal³ e o crescimento exponencial do populismo. Nesse texto, o autor defende a tese de que a democracia liberal está em declínio em todo o mundo (contudo, o autor analisa com profundidade apenas dados norte-americanos e europeus) e os responsáveis por essa situação são: a estagnação econômica; mídias sociais e; a multiétnicidade. Esses fatores favoreceram o fortalecimento de partidos políticos e candidatos que invocam para si o desafeto público ao sistema político e submetem como plataforma eleitoral o fim de instituições chaves para a resolução dos problemas do "povo".

O autor provoca que a sociedade americana e europeia atual viveram a maior parte de suas vidas em tempos ordinários, ou seja, os reflexos das derrotas e vitórias, perante a inegável estabilidade da democracia liberal, garantiria sempre a possibilidade de reverter prejuízos, injustiças ou políticas públicas desastrosas. Portanto, as escolhas, diz o autor, eram inegavelmente possibilidades de resultados que poderiam ser revertidos. Porém, devido as sucessivas crises econômicas, escândalos políticos e insatisfação individual com o desempenho da própria democracia liberal, estamos presenciando a mudança para uma era do extraordinário, isto é, um período em que as instituições já não comportariam retornos e que cada escolha se transmuta em sentença vinculante (MOUNK, 2017).

Por mais que essas indicações pareçam deveras apocalípticas, Mounk as sustenta a partir de premissas empíricas satisfatórias, utilizando surveys (World Values Survey) que provam o crescimento da insatisfação pública com o sistema político (da mesma forma que Pippa Norris fez anteriormente), a taxa crescente de votos em partidos políticos e candidatos populistas, tanto de esquerda como de direita, a descrença e a diminuição do apoio dos mais jovens e (inclusive) mais velhos para com a democracia e o fortalecimento dos números de pessoas que acreditam em alternativas autoritárias para a resolução dos problemas políticos que não foram solvidos na democracia⁴ (MOUNK, 2017).

³ "Liberal", no contexto do livro, é utilizado para pessoas e instituições que defendem e garantam a separação dos poderes, a proteção de direitos individuais e os valores básicos de liberdade de discurso. Já "Democracia" é, nas palavras do autor: "um conjunto de instituições eleitorais vinculativas que traduz efetivamente as visões populares em políticas públicas. Instituições liberais que efetivamente protegem o estado de direito e garantem direitos individuais como liberdade de expressão, culto, imprensa e associação a todos os cidadãos (incluindo minorias étnicas e religiosas). Ou seja, um sistema político que é tanto liberal quanto democrático - que tanto protege os direitos individuais quanto traduz as opiniões populares em políticas públicas" (MOUNK, 2017, p. 24).

⁴ Tradução do autor: "A confiança nas instituições é tão baixa. Em junho de 2014, por exemplo, apenas 30% dos americanos relataram ter confiança na Suprema Corte. Vinte e nove por cento expressaram confiança na presidência. As classificações de aprovação para o poder legislativo foram ainda mais desanimadoras: no início dos anos 70, mais de 40% dos americanos expressaram confiança no Congresso; em 2014, esse número caiu para 7%" (MOUNK, 2017, p. 82).

"Tendências semelhantes são visíveis em muitas democracias de longa data em todo o mundo. Em grande parte da Europa, por exemplo, os cidadãos têm menos probabilidade agora que algumas décadas atrás de acreditar que seus representantes

A crise democrática para Mounk atinge seu momento de maior tensão a partir da eleição do presidente estadunidense Donald Trump, que abertamente se diz contrário a instituições da democracia liberal indispensáveis para a manutenção do próprio sistema. Do sistema eleitoral aos pesos e contrapesos jurídicos que limitam a atividade de um presidente da república, o atual mandatário norte-americano durante a corrida presidencial e após sua efetivação no cargo as ameaçou publicamente. Com esse cenário, a imagem proposta por Francis Fukuyama ao propor o “fim da história”, a vitória do liberalismo e a consolidação dos valores liberais da democracia, desmancha-se. Portanto, a premissa do primeiro grande trunfo do pós-guerra, em que nações ricas na quais os governos são eleitos em eleições livres e justas permanecerão democráticas é agora falseado pelos próprios preceitos que os nortearam (MOUNK, 2017).

Para melhor detalharmos essa questão, precisa-se compreender que a democracia liberal não é uma entidade una e indivisível. Formada pelos conceitos “democracia” e “liberalismo”, refletem um sistema dual que provou não ser estável, mesmo com a plena funcionalidade de ambos. Quando um deles para de exercer seus reflexos, rapidamente o outro também deixa de funcionar. Logo, podemos ter tanto uma *democracia sem direitos*, quanto *direitos sem democracia*. A primeira, nos indica o autor, preleciona aquilo que os pais fundadores dos Estados Unidos temiam ser a “tirania da maioria”, enquanto a segunda, quanto mais burocratas e a elite econômica transformam o sistema político em seus espaços individuais, mais excluídos serão os indivíduos daquela população das decisões públicas. De modo geral, os cidadãos estão ficando cada vez menos liberais: questões como a integração de minorias sociais ou instituições formais estão se “tornando” cada vez mais obstáculos para a conquista dos objetivos dessa população. Também, as elites, ou o *establishment* não concedem a devida atenção aos problemas sociais e políticos, visto que permanecem confortáveis com o poder, inviabilizando a participação popular. Como resultado, o liberalismo e a democracia entram em conflito (MOUNK, 2017).

Assim, o pavimento para o fortalecimento de líderes populistas está posto. Logo, buscam aumentar a “expressão” do “povo”, uma maioria que eles consideram um foco importante eleitoral que centralize questões básicas e simplificadoras. São três os alicerces para o desenvolvimento de uma plataforma populista: o primeiro é a adoção de narrativas que simplificam a realidade política para a população, indicando que sua complexidade é obra de uma lógica mentirosa criada pelos os que estão no poder se manterem no poder. O segundo é a legitimidade de representação, quando o populista clama ser o único legítimo para falar em nome da população, pois sua retórica carrega preceitos fundamentais da maioria. Sendo ele, então, o real depositário da fé pública, qualquer indivíduo que o contrapor em seu discurso (seja esse o mais inacreditável possível) será considerado um traidor. Estabelece, assim, a concepção do inimigo público. Os demais candidatos deixam de ser adversários políticos a serem vencidos, tornando-se inimigos a

eleitos priorizam os interesses do público em geral. Eles participam menos em instituições políticas formais do que costumavam. E como seus colegas americanos, os jovens europeus são muito menos interessados em política do que os mais velhos.” (MOUNK, 2017, p. 82).

serem destruídos, traidores da nação. Por fim, o terceiro alicerce é que a decisão do povo é a decisão da maioria, inclusive para fazer o que desejarem. Logo, a própria estrutura da democracia representativa e dos regulamentos constitucionais são questionados, tornando-se limitações para a efetivação do poder popular (MOUNK, 2017).

Seguindo essa questão, Mounk indica haver raízes democráticas substanciais nas razões de existir e agir do populista. Suas aspirações buscam a expansão da democracia, o fortalecimento do “povo” (seja qual definição o melhor provir) e o saneamento das instituições para melhor desempenhar o seu papel no cargo de governador. Contudo, após sua eleição, a destruição das instituições liberais que nomeara obstáculos a essa expansão torna seu regime uma democracia iliberal, que constantemente reivindica mais espaço, mais legitimidade e mais poder. Assim, quando ocorre determinada contradição entre o grupo representado e as ideias do populista, os pesos e contrapesos que outrora limitavam o poder do representante já não mais existem e a democracia deixa de existir, dando origem a uma ditadura. O autor reúne esses argumentos no seguinte parágrafo:

Populists claim that they are the voice of the real people. They believe that any resistance to their rule is illegitimate. And so they, all too often, give in to the temptation to silence the opposition and destroy rival power centers. It is impossible to understand their nature without acknowledging the democratic energy that is driving them—and yet it is also impossible to understand what damage they are likely to wreak without recognizing how quickly that energy can turn against the people. Unless the defenders of liberal democracy manage to stand up to the populists, illiberal democracy will always be in danger of descending into outright dictatorship. (MOUNK, 2017, p. 44⁵)

A democracia, portanto, não pode ser considerada sólida, já que os reflexos de seu abalo já são visíveis e identificáveis no mundo real e, em alguns casos, deixaram de existir e deram origem a ditaduras. O autor, assim, postula três hipóteses que indicariam ser o regime democrático liberal uma opção assentada em raízes profundas no respectivo país a ser analisado, quais sejam: 1) “a maioria dos cidadãos teria que estar fortemente comprometida com a democracia liberal”; 2) “a maioria dos cidadãos teria que rejeitar alternativas autoritárias à democracia”, e; 3) “partidos políticos e movimentos com poder real teriam que concordar com a importância de regras e normas democráticas básicas”. Em seu estudo, Mounk, como já

⁵ Tradução do autor: Os populistas afirmam que eles são a voz das pessoas reais. Eles acreditam que qualquer resistência ao seu governo é ilegítima. E assim, com demasiada frequência, cedem à tentação de silenciar a oposição e destruir os centros de poder rivais. É impossível entender sua natureza sem reconhecer a energia democrática que os impulsiona - e, no entanto, também é impossível entender que danos eles provavelmente causarão sem reconhecer a rapidez com que essa energia pode se voltar contra as pessoas. A menos que os defensores da democracia liberal consigam resistir aos populistas, a democracia iliberal sempre estará em perigo de cair na ditadura definitiva.

mencionamos, compreende que na maioria dos países europeus e no Estados Unidos essas hipóteses são falseadas, nos levando a premissa obscura que a democracia liberal é, sucessivamente e progressivamente, preterida por regimes autoritários⁶ (MOUNK, 2017).

5. A crise de representatividade anunciada no Brasil

A partir dessas três obras exploradas ao longo da primeira parte do trabalho, fazemos uma pergunta de caráter especulativo: *a democracia representativa brasileira está em risco?* Esse questionamento não nasce sem precedentes fortes que o sustente, isso porque os últimos 8 anos políticos brasileiros foram profundamente intensos e produtivos, no que tange a criação de fatos politicamente relevantes para a história e a ciência política. Em 2013 o Brasil testemunhou uma grande manifestação difusa em torno de temas amplos e aparentemente desconexos entre si. Após problemas com o aumento das passagens de ônibus municipais em algumas cidades brasileiras, as manifestações tomaram um caráter nacional e generalizaram inconformidades que iam desde propostas legislativas até moções contrárias a costumes e valores. Mesmo que o movimento não tenha nascido em 2013, foi só então que esse adquiriu contornos de pressão (BRAGA, 2013; DA GLORIA GOHN, 2014; SECCO, 2013; SOUZA e SOUZA, 2013).

Essas manifestações produziram profundas reações no mundo político e jurídico. O fortalecimento das operações Lava-Jato e Zelotes e as eleições de 2014 foram atingidas pela onda iniciada em 2013, com as *jornadas de junho* e culminaram na eleição do parlamento mais conservador da história brasileira desde 1964⁷. Grupos organizados provenientes das parcelas religiosas, ruralistas, militares e outros, identificados com o conservadorismo de valores alcançaram o poder com propostas políticas de cunho retrogrado, pautadas em morais advindas desses setores⁸. Dessa forma, das relações atribuíveis aos movimentos de 2013 e os resultados

⁶ Essas hipóteses foram testadas da seguinte maneira (tradução do autor): 1) "Se os cidadãos estão profundamente comprometidos com a democracia, eles devem achar inaceitável viver em uma ditadura. Por outro lado, se eles não atribuem qualquer importância real a viver em uma democracia, então as defesas do sistema parecem bastante fracas" (p. 86); 2) "Uma forma de avaliar a extensão da abertura a alternativas autoritárias é perguntar se os entrevistados acham que ter um líder forte que não precisa se preocupar com o Congresso ou as eleições seria um bom sistema de governo. Isso não está perguntando às pessoas se elas querem abolir a democracia diretamente. E, no entanto, claramente capta a abertura a um sistema que seria, em aspectos cruciais, profundamente antidemocrático: um líder forte, livre de eleições e sem o apoio do Legislativo, seria, para todos os efeitos, um ditador. por outro nome. Então, os americanos se tornam mais abertos a um líder forte?" (p. 89); 3) "Quando a democracia é estável, é em grande parte porque todos os principais atores políticos estão dispostos a aderir às regras básicas do jogo democrático na maior parte do tempo" (p. 92). A última parte instrumentalizou uma análise qualitativa e interpretativa dos posicionamentos dos partidos políticos e líderes.

⁷ Dados retirados da pesquisa resultante do levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

⁸ Se o embate for colocado apenas no âmbito institucional, é possível constatar que em 2015 esteve em pauta no Congresso Nacional temas como: o que atribui o conceito família apenas para casais formados por um homem e uma mulher (Projeto de Lei 6583 de 2013), que converte o aborto em crime hediondo (Projeto de Lei 7443 de 2006), que considera a vida desde a concepção, garantindo inviolabilidade ao feto (Projeto de Emenda Constitucional 164 de 2012), que institui o "Dia do Orgulho

obtidos em 2014, nosso indicativo nos mostra que o refluxo político das ações nas jornadas teve efeito negativo na política nacional no que se refere a conquista de direitos humanos e direitos sociais.

Logo mais, a consolidação dos interesses organizados desses grupos e o exaurimento do sistema até então estável entre o executivo e legislativo, chamado de presidencialismo de coalizão, fomentou uma nova fratura no ambiente político nacional com o processo e a consumação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, organizada pelos setores da oposição em conjunção com a base aliada fisiologista, tendo dois agentes chaves na consolidação: Michael Temer e Eduardo Cunha, ambos investigados e o último condenado por corrupção⁹.

Esse novo fato político na história brasileira, firmado por meio de um golpe ajustado nos limites da legalidade, balizado pelo legislativo e judiciário e fortalecido socialmente com os sucessivos vazamentos das investigações em andamento em Curitiba, culminaria nas transformações da organização política de cunho institucional, com reformas em setores sociais e político-institucionais, tais como a reforma trabalhista e a reforma política. Os anos seguintes levaram a economia a recessão e ao crescimento de políticos populistas que se fortaleceriam no retrocesso do golpe.

Isto posto, nossa pergunta é precedida por considerações não apenas teóricas e internacionais, como com fatos políticos palpáveis nacionais. As instituições, ao contrário da insistência de alguns setores políticos e de cientistas sociais, não acompanham o paulatino descrédito popular e o seu próprio funcionamento se torna questionável quando ocupados por grupos de investigados e condenados por práticas contra a administração pública. Dois anos após o impedimento da presidenta da República, o ocupante do cargo, Michael Temer é altamente rejeitado e a sensação de estabilidade econômica também decresce¹⁰. A partir das justificativas dados por diversos deputados no processo de impedimento, o país falhou e retomar seu crescimento após a fratura institucional.

Todo esse quadro de pessimismo com as instituições pode ser exemplificado na pesquisa feita anualmente pelo ICJBRASIL/FGV, que mede a confiança nas instituições pelos brasileiros, pontuando as principais. Abaixo selecionamos três anos, 2010, 2013 e 2017, tendo em base a eleição da presidenta Dilma Rousseff, as jornadas de julho e o ano subsequente ao impeachment,

Hetero" (Projeto de Lei 1672 de 2011), que tipifica o crime de discriminação contra homossexuais (Projeto de Lei 7382 de 2010) e, de forma mais destacada em função da notoriedade dada pelos organismos de imprensa, o que reduz a maioridade penal para 16 anos (Projeto de Emenda Constitucional 171 de 1993) (DE CASTRO, 2018).

⁹ A prisão ilegal (por não obediência ao processo penal e ao direito material) do ex-presidente Lula também é um sintoma da crise democrática, mas não o utilizaremos como exemplo da análise por se tratar de ativismo jurídico, merecendo destaque os trabalhos que discutam o Lawfare, ou seja, a perseguição judicial de políticos (DE BARROS FILHO et al, 2017; DUNLAP JR, 2008; LUBAN, 2010; MORENO, 2018; MÜLLER, 2012).

¹⁰ As pesquisas referidas são aquelas operacionalizadas pela Vox Populi, IBGE e DATAFOLHA, passíveis de consulta em seus domínios digitais.

tendo dessa forma um controle dos principais eventos e como as instituições eram encaradas em cada um deles.

TABELA 1: CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES SEGUNDO ICJBASIL

INSTITUIÇÕES	2010	2013	2017
Forças Armadas	60	63	56
Igreja Católica	56	47	53
Imprensa escrita (jornais)	43	38	35
Ministério Público	-	44	28
Grandes Empresas	52	36	29
Emissoras de TV	47	29	30
Poder Judiciário	33	34	24
Polícia	40	31	26
Redes Sociais (Facebook, Twitter)	-	-	37
Governo Federal	25	33	6
Congresso Nacional	36	17	7
Partidos Políticos	37	5	7

FONTE: Construção própria a partir dos dados fornecidos pelo ICJBASIL.

Vejamos que as forças armadas perfazem o maior nível de confiança no que diz respeito às instituições, isso pode nos indicar o porquê dessa esfera ser a mais alardeada por populistas de direita como escopo de proteção a paz pública e segurança regional. O falso pressuposto do período de “paz social, política e econômica” que advogam em favor do período da Ditadura Militar constrói uma narrativa em que um capitão do exército¹¹ seria a resposta dos problemas nacionais, já que esse agregaria posições dentro do executivo a quadros militares aposentados e na ativa. Ainda, a igreja, após uma queda considerável de 2010 a 2013, volta a postular 53 pontos em níveis de confiança, fortalecendo outra retórica de nação cristã e combate a valores “imorais” na sociedade, como a descriminalização das drogas e do aborto, o casamento igualitário, os direitos sociais aos negros, mulheres e comunidade LGBT+.

A imprensa escrita e as emissoras de TV também tiveram uma queda significativa nos patamares de confiança. A partir de 2017, a pesquisa incluiu as redes sociais e visivelmente elas alcançaram pontuação relativamente alta, se igualando as duas últimas. Isso indica a mudança de paradigma em relação a própria forma de se informar do brasileiro. Ainda, essa questão nos ajuda a compreender a proliferação de notícias falsas (Fake News), uma vez que o controle jurídico nas esferas digitais ainda é incipiente em relação a responsabilidade civil e criminal das emissoras e grupos jornalísticos. No que tange as esferas de controle judicial, policial e ao Ministério Público

¹¹ O capitão do exército em questão é o candidato à presidência pelo Partido Social Liberal, Jair Messias Bolsonaro.

o resultado é comum, o descrédito a esses mecanismos, mesmo com os espetáculos televisivos e a perseguição política contra os partidos políticos. A “ineficiência” ou “a parcialidade” são duas contestações comuns em torno do mal funcionamento dessas instituições.

Por fim, o executivo e o legislativo, indicados como congresso nacional e governo federal e ainda o sistema representativo caracterizado pelos partidos políticos tiveram a maior queda significativa de todas. Todavia, os partidos políticos de 2013 a 2017 cresceram cerca de 2%, motivados provavelmente pela propaganda dos partidos de esquerda e a proliferação de diversas outras agremiações de cunho populista. Essa avaliação é a mais indicada para conduzirmos a hipótese de que a crise democrática está instalada no Brasil, visto que os representantes não conseguem consolidar o devido apoio ou confiança de seus eleitores.

As obras discutidas anteriormente possuem pressupostos que podemos utilizar para fundamentarmos esse movimento de crise democrática. Primeiramente, no que compete a teoria de Manin, o Brasil é um exemplo claro de democracia do público desde a Constituição de 1988. Visto que os partidos políticos foram, consecutivamente, perdendo o poder sobre seus eleitorados e suas bases diminuíram, tivemos um crescimento do eleitor flutuante que frequentemente decidiu as eleições nacionais. Partidos Políticos sem presença ideológica, comumente chamados de catch-all pelos cientistas políticos (CARAMANI, 2008), são responsáveis pelos governos estaduais e municipais pelo interior do país, uma vez que essas localidades necessariamente não eram pautadas em tensões de classe tão distintas e delimitadas como as encontradas nas capitais. O PMDB (MDB) consolidou-se nesses cenários como verdadeiros articuladores de palcos públicos para convencer o eleitor.

Contudo, os partidos políticos sempre tiveram força primordial no arranjo nacional e estadual, na construção dos acordos de coalizão que garantiram a governabilidade nacional desde a constituinte, contrariando premissas teóricas de brasilianistas e outros analistas políticos que o nosso sistema, inaugurado em 1988, repetiria a paralisia decisória da constituição de 1946. Os que defendiam ser essas considerações irreais consideravam a organização de pesos e contrapesos, instaurada pelas regras internas do congresso e pela iniciativa econômica do executivo como a estrutura que garantiria um alto aproveitamento de composição entre o legislativo e o executivo, conforme ocorreu até 2016 e após o impeachment (LAMOUNIER, 1994; MAINWARING, 1991; MAINWARING E SHUGART, 1997; DINIZ, 1997; SANTOS, 1999; FIGUEIREDO E LIMONGI 1995; 1997, LIMONGI E FIGUEIREDO 1998; PALERMO, 2000).

Entretanto, esse afastamento dos partidos políticos não ocorreu apenas por conta da dinamização da política nacional e da suposta estabilidade do sistema. O que Pippa Norris aponta em suas pesquisas pode ser atribuído ao caso brasileiro, visto que com o crescimento do nível educacional e o fortalecimento da economia nacional, assim como a expansão ao acesso de recursos digitais, criou um cidadão crítico ao sistema político que não visualiza os retornos necessários. Os sucessivos escândalos de corrupção do Partido dos Trabalhadores e dos demais associados ou não, alertou os brasileiros a uma insuficiência da estrutura política em relação a

suas vontades, criando também o déficit democrático, uma vez que o esperado pelos eleitores não retornava a eles conforme o prometido e planejado.

Usando uma parcela da metodologia de Norris (2011), acessamos os dados do World Values Survey e consideramos os levantamentos para uma análise mais precisa das premissas expostas no livro. Abaixo compreenderemos que uma boa parte de nossos índices decaíram ao longo dos anos, expondo os alicerces do déficit democrático. Consideramos os dados mais completos em uma análise histórica, visto que muitos não possuem continuidade ao longo dos anos das pesquisas feitas e em alguns momentos sequer foram iniciados no Brasil. Essa incompletude pode gerar efeitos indesejáveis em uma pesquisa mais substanciada, contudo, consideramos que para essa discussão teórica, perfazem um papel relevante.

TABELA 2: RELAÇÃO DOS INDICADORES DO WORLD VALUES SURVEY

INDICADORES/ANOS	BRASIL			
	1991	1997	2006	2014
Índice de Valores Emancipatórios	0,37	0,36	0,44	0,47
Índice de Valores Seculares	0,34	0,36	0,40	0,32
Atividade de movimento social	0,36	0,36	0,31	0,25
Satisfação Financeira	0,50	0,50	0,54	0,58
Acesso a Informação	-	-	0,23	0,59
Percepção da Democracia	-	-	0,58	0,51
Desejo pela Democracia	-	-	0,80	0,78
Compreensão sobre Democracia Liberal	-	-	0,78	0,80

FONTE: Construção própria a partir dos dados fornecidos pela The World Values Survey Association.

Todos os índices acima são pautados em uma análise quantitativa de respostas a questionários padronizados, traduzidos na língua do país no qual é aplicado, feito por técnicos e especialistas nas áreas de estudo pretendidas. Afora as críticas feitas por diversos autores em razão das problemáticas do estudo, tais como capacidade de compreensão das perguntas pelos entrevistados, controle da entrevista, tradução do questionário, aplicabilidade dos conceitos em diferentes países, entre outros, essa ferramenta ainda se mostra satisfatoriamente relevante para os estudos na ciência política e ciências sociais em geral. Índices relevantes não foram levantados em vários momentos no Brasil, observando lacunas entre as ondas do projeto e também dentro das mesmas, com quadros incompletos de informação em muitos momentos.

Na pesquisa, a escala dos resultados é contínua, variando de um mínimo teórico de 0 quando a posição menos indicada é tomada em todos os itens avaliados, até um máximo de 1,0 quando a posição mais indicada é tomada em todos os itens avaliados. Posições intermediárias são dadas em frações de 1,0. Foram selecionados para esse trabalho 11 índices dos vários

trabalhados ao longo das “ondas” de estudos, visto que esses possuem uma regularidade entre os anos (foram levantados em todos os anos em que a pesquisa foi feita no Brasil ou em 3 de 4).

O primeiro índice da tabela 1 compreende, segundo o manual da *The World Values Survey Association*, a ênfase de uma cultura nacional nas liberdades universais em referenciais cruzados dos seguintes itens: escolha reprodutiva (aceitação do divórcio, aborto, homossexualidade); igualdade de gênero (apoio ao acesso igualitário das mulheres à educação, empregos e poder); a voz das pessoas (as prioridades da liberdade de expressão e do discurso das pessoas nos assuntos nacionais, locais e de trabalho) e; a autonomia pessoal (independência, imaginação e não-obediência como qualidades desejadas da criança). Quanto mais próximo a 0 menor o nível emancipatório da nação e o contrário é encontrado quando o coeficiente se aproxima de 1.

Podemos notar que o coeficiente teve um crescimento de 0,10 pontos em 23 anos. Essa será uma constante, especialmente nas três primeiras ondas, em que todos os itens tendem a crescer. Isso pode ser explicado por diversos apontamentos, aqui nos resguardamos em indicar que a primeira análise foi efetuada apenas 3 anos após a constituinte que marcou uma nova fase republicana brasileira, pautada na consolidação de direitos sociais e a proteção das minorias sociais consolidada na própria constituição. Contudo, vejamos que os valores nesse item ainda se mantêm baixos, contudo, em consonância com os países da América Latina, tais como Argentina, Uruguai e Chile. Os Estados Unidos também possuem a mesma média, destoando desse grau apenas Noruega, Finlândia, Alemanha, Dinamarca, Andorra e Suécia.

O segundo índice mede a secularidade de uma cultura nacional a fontes “sagradas” de autoridade, quais sejam: autoridade religiosa (fé, compromisso, prática); autoridade patrimonial (a nação, o estado, os pais); instituições de controle e ordem (exército, polícia, tribunais) e; autoridade normativa (normas contra corrupção e controle do Estado por entes privados). As duas primeiras análises indicaram um coeficiente abaixo de 0,40, que só alcançou esse patamar em 2006, provavelmente em razão dos sucessivos escândalos do governo petista e o sentimento de movimento do Estado penal em razão desses acontecimentos. Entretanto, a partir de 2014, voltamos a ter um decréscimo no sentimento de secularidade do Estado, patrocinado novamente por escândalos de grupos políticos congêneres (ou coligados) e a percepção de ineficiência da máquina persecutória e condenatória e suas leis. Ainda, em relação a autoridade religiosa, tivemos uma progressão do número de representantes ligados a estruturas confessionais e uma efervescência de temas ligados ao conservadorismo desses grupos, tais como a proibição total do aborto, a proibição do casamento homoafetivo, direitos LGBT+ e afins. Essa queda de quase 0,8 pontos pode ser um importante indicativo de compreensão da percepção dos indivíduos em relação a eficiência do Estado.

O terceiro índice diz respeito a se a atividade de movimentos sociais está ligada a cultura nacional, medindo a identificação e uso de atividades pacíficas de movimento social (petições, manifestações, boicotes) no contexto político e social. Os maiores coeficientes estão nos anos noventa, logo após a promulgação da constituição e, por conseguinte um momento de maior

mobilização nacional de grupos de interesse sociais. Após esse período vemos um decréscimo acentuando da participação por meio dessas atividades, chegando a 0,25 em 2014, anos das eleições presidenciais. Talvez, a respeito dessa queda, possamos visualizar um afastamento do cidadão comum em relação a política e aos movimentos sociais, apontando o descrédito e a própria aversão a coisa política.

O quarto índice aponta a satisfação em relação a condição financeira familiar, ou seja, em qual medida os brasileiros estão satisfeitos com o desempenho da economia percebida em relação aos seus ganhos. O Brasil, em 2014, atingiu o seu maior coeficiente, de 0,58, tendo como pressupostos de apoio o menor índice de desemprego no país em anos, o poder de compra fortalecido, a exclusão nacional do mapa da fome e entre outros indicativos. Acreditamos que se essa pesquisa fosse realizada no ano de 2018, a percepção provavelmente teria caído, devido a grave recessão econômica enfrentada pelo país.

O quinto índice trata do acesso a informação em diferentes fontes, visualizando que no país, em 2006, o coeficiente mostrava uma baixa taxa de multiplicidade de setores informativos que geriam notícias e informações para os cidadãos e em 2014 o fortalecimento, provavelmente gerado pela internet e a ascensão das mídias sociais, construindo um ambiente mais plural.

Os últimos três índices sustentam a concepção nacional perante a democracia. Os dois primeiros tiveram um sensível decréscimo em 2014 em relação a 2006. Isso pode indicar aspectos já apontados aqui, tais como insatisfação em relação aos casos de corrupção e a sensação de insuficiência estatal para resolver os problemas sociais e políticos respectivos. O último índice diz respeito a compreensão da democracia liberal, ou seja, qual é o grau de entendimento do cidadão brasileiro em relação as normas que regulam a democracia, tais como eleições regulares e transparentes, direitos civis e liberdades individuais. Dessa forma, podemos apontar que o brasileiro compreende o que é a democracia, mas que nos últimos anos passaram a questionar sua validade e eficiência em relação aos retornos concedidos por essa. Isso é indicado em pesquisas nacionais sobre o apoio a uma alternativa militar para o Brasil, tendo uma média de 43,7% na última pesquisa¹², feita em 2017. Em 2016 a mesma pergunta foi abordada e o apoio era de 35%, mostrando não somente um crescimento, mas quase uma fratura divisória entre os brasileiros que apoiariam uma alternativa autoritária a democracia nacional.

Por fim, temos a obra de Mounk que diagnostica o aparecimento de candidatos populistas em todo o mundo. O Brasil não faz exceção a essa regra, tendo em vista que nas eleições de 2018 um dos candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto pauta sua retórica no fortalecimento dos valores morais e conservadores, na consolidação de um governo militar, estruturando problemas extremamente complexos em cima de questões comuns e de fácil resolução, segundo o mesmo. Ainda, elege inimigos nacionais, indicando partidos políticos como responsáveis pela “decadência e miséria” do país e advogando em favor da cassação de direitos

¹² A pesquisas foram realizadas pelo Instituto Paraná Pesquisas, nos anos de 2016 e 2017.

políticos e sociais dessas agremiações e dos grupos que são representados pelos mesmos. Todos os preceitos elencados pelo autor para identificarmos as manifestações de políticos populistas são encontradas nesse e em outros candidatos ao executivo e legislativo.

Todo esse cenário tem como plano de fundo as três origens explicativas expostas por Yascha Mounk, quais sejam: estagnação econômica; mídias sociais, e; a multiétnica. Os três fatores estão intimamente ligados as questões mais delicadas da política brasileira. O primeiro tem seu crescimento após o fracasso econômico do governo Dilma Rousseff que, mesmo com uma taxa de desemprego ínfima em 2014, inicia 2015 com problemas insuperáveis e aciona um mecanismo de austeridade que contraria a expressão popular que a elegeu. O segundo deu origem a uma profusão de notícias falsas sem controle que comprometeu o debate público e a informação dos indivíduos, uma vez que a cultura de checagem de fatos não faz parte do brasileiro. Por fim, nosso problema de multiétnica também envolve questões de gênero e de liberdades individuais, constantemente questionadas pelos políticos de direita ligados ao conservadorismo evangélico, com crescimento considerável nas instâncias representativas. A eleição de "inimigos comuns" para o desemprego, frustração econômica e desempenho individual consolida a retórica de exclusão e do respeito pela "maioria".

6. Considerações finais

Esse artigo teve como premissa original a confecção de um debate teórico internacional sobre a crise democrática, buscando os preceitos levantados por três autores distintos sobre esse assunto, direta ou indiretamente, e aplicando-os ao contexto nacional brasileiro. Ao longo dos últimos anos a ciência política nacional vem enfrentando uma sucessão de desafios de caráter institucional, cultural e organizacional sobre o próprio desempenho democrático que falhamos em diagnosticar alguns eventos relevantes. Primeiro foram as jornadas de julho, depois a eleição de um parlamento profundamente conservador, prosseguido por um golpe de Estado e o fortalecimento de políticos populistas conservadores.

Na primeira parte desse trabalho buscamos expor as teorias dos autores Bernard Manin, Pippa Norris e Yascha Mounk sobre o tema central aqui referido. Cada qual indica uma mudança no cenário político mundial. Manin discute a mudança de formas de democracia representativa a partir de quatro princípios que vão se desenvolvendo de acordo com o decorrer das relações políticas. Norris foca seu debate na formação de cidadãos críticos e do déficit democrático, defendendo a normalidade dessa situação, desde que controlada, e os perigos de um refluxo político caso ocorra um aprofundamento do déficit. Para finalizar, Mounk alerta sobre a crise democrática que ocorre na Europa e Estados Unidos, com o crescimento dos políticos populistas e a eleição desses, colocando em risco direitos sociais e políticos valiosos. Conforme o mesmo

preleciona, em tempos extraordinários as decisões tendem a ser permanentes e os perigos são imediatos.

Na segunda parte do trabalho buscamos estruturar uma análise pautada no Brasil e em seus fatos políticos. Esses indícios elencados na última seção postulam bons indicativos para responder nossa pergunta, mesmo que não consubstancie pesquisas quantitativas e qualitativas de maior envergadura. Respeitando os devidos limites do artigo, que teve o interesse mais teórico do debate, acreditamos que a democracia brasileira enfrente uma crise de apoio profunda e que as manifestações dessa situação podem ser traduzidas em apoio eleitoral a candidatos populistas conservadores que resguardam um discurso perigoso para as instituições e liberdades civis/políticas e que precedem dos partidos políticos para transpor o interesse popular em políticas públicas.

Essa conclusão, por mais delicada e relevante que seja, não vem tomando o devido lugar no debate na Ciência Política brasileira. Inclusive, o respectivo trabalho tem pressupostos teóricos, mas não metodológicos suficientes para testar corretamente a resposta de nossa pergunta. Outros estudos e pesquisas deverão ser feitas para diagnosticarmos os limites da nossa democracia e as formas de contornarmos os problemas que hoje aparentam ser insolúveis no cenário nacional político. Um survey nacional e completo, administrado por especialistas do Brasil, que tenha capilaridade em todos os estados brasileiros, buscando um levantamento do sentimento democrático pátrio, da inclinação a alternativas autoritárias, nível de reconhecimento em relação ao representante e outras medidas, parece ser a única forma de construirmos um debate mais adequado que não tome apenas preceitos internacionais como índices de análise.

No que diz respeito as conclusões desse artigo, afirmamos nossa preocupação com os rumos do déficit democrático que enfrentamos, pontuando que nossa estabilidade democrática está em risco e que os embates políticos nacionais de 2018 serão constitutivos para o pavimento do futuro nacional, tanto no que se refere a políticas públicas, quanto a proteção de direitos individuais e coletivos, resguardados pela constituição, mas que estão sendo constantemente retirados das minorias sociais.

Referencial bibliográfico

Ball, T. Pocock, J. (orgs.). *Conceptual change and the constitution*. Lawrence: University Press of Kansas. 1987.

Braga, Ruy. *As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível*. Observatorio Social de América Latina, v. 8, p. 51-61, 2013.

Caramani, Daniele. *Comparative politics*. Oxford University Press, 2017.

Cunha, Luciana Gross et al. Relatório ICJBrasil-Ano 5 (2º trimestre/2013 ao 1º trimestre/2014). 2014.

Cunha, Luciana Gross. Relatório ICJBrasil: 4o trimestre/2010. Fundação Getúlio Vargas, 2010.

De Barros Filho, Geraldo Carreiro; de albuquerque farias, Athena; de oliveira, Gislene Farias. Considerações sobre o Instituto do Lawfare. *Id on Line revista de psicologia*, v. 10, n. 33, p. 363-370, 2017.

Diniz, Eli. Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Dunlap Jr, Charles J. Lawfare today: A perspective. *Yale J. Int'l Aff.*, v. 3, p. 146, 2008.

Figueiredo, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. 1999.

Inglehart, R., C. Haerper, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2014. *World Values Survey: All Rounds - Country-Pooled Datafile Version*: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWVL.jsp>. Madrid: JD Systems Institute.

Lamounier, Bolívar. A democracia brasileira de 1985 à década de 1990: a síndrome da paralisia hiperativa. Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

Luban, David. Carl Schmitt and the critique of lawfare. *Case W. Res. J. Int'l L.*, v. 43, p. 457, 2010.

Kymlicka, W. *Contemporary political philosophy: An introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Manin, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

_____. A democracia do público reconsiderada. *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 115-127, 2013.

Mainwaring, Scott. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. *Comparative Politics*, v. 24, n. 1, p. 21-43, 1991.

Mainwaring, Scott; SHUGART, Matthew Soberg (Ed.). *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge University Press, 1997.

Moreno, Guillermo Raúl. El Poder Judicial como arma política. Sobre la intervención judicial del partido justicialista en la República Argentina. *Revista Derechos en Acción*, 2018

Mounk, Yascha. *The People Vs. Democracy: Why Our Freedom is in Danger and how to Save it*. Harvard University Press, 2018.

Norris, Pippa. *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge University Press, 2002.

_____. *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. Cambridge University Press, 2011.

Norris, Pippa (Ed.). *Critical citizens: Global support for democratic government*. OUP Oxford, 1999.

Palermo, Vicente. How to govern Brazil? The debate on political institutions and the policy-making process. *Dados*, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000.

Phillips, A. From a politics of ideas to a politics of presence?. *Revista Estudos*

Feministas, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

Ramos, Luciana de Oliveira et al. *Relatório ICJBrasil-1º semestre/2017*. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, 2017.

Rancière, J. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Souza, Arão de Azevêdo; SOUSA, Cidoval Morais de. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. 2013.

Santos, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. *Dados*, v. 40, n. 3, 1997.

Secco, Lincoln. As jornadas de junho. Vainer, Carlos et al., *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Souza, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Leya, 2017.

Singer, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos-CEBRAP*, n. 97, p. 23-40, 2013.

Young, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo , n. 67, p. 139-190, 2006 .